

Post propõe tratamento sério para nota conjunta

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — “Por que deveriam os brasileiros pagar pelos déficits públicos nos Estados Unidos?” — Perguntou o jornal *The Washington Post* em um de seus editoriais de ontem, comentando o problema da dívida externa dos países da América Latina.

O editorial do influente jornal recomenda ao governo Reagan que “leve a sério” a recente advertência conjunta dos presidentes de Brasil, México, Argentina e Colômbia “de que não permitirão que os pagamentos de juros submetam os seus países a uma paralisia econômica prolongada.”

“Os latino-americanos sabem perfeitamente que a razão para a alta das taxas de juros é que o sr. Reagan está incorrendo em déficits orçamentários enormes e não quer aumentar os impostos”, afirmou o *Post*, acrescentando: “É uma realidade política o fato de que os governos latino-americanos não podem prosseguir impondo austeridade a seu próprio povo sem evidência de que os americanos tomarão providência para pelo menos limitar esse ônus”.

Para o jornal, “os governos desses países têm trabalhado de maneira desesperadamente dura, em boa fé, para saldar seus compromissos. Mas as crescentes taxas de juros nos Estados Unidos ficam exigindo (desses países) novos sacrifícios”.

O aumento de 1,5 ponto de porcentagem nos juros, ocorrido nos últimos três meses, custará só ao Brasil algo em torno de US\$ 1 bilhão por ano, disse o jornal. “Só há um meio de o Brasil, ou qualquer outro país, pagar esses juros: através das exportações para o mundo industrializado. Quando a taxa básica de juros (*prime rate*) em Nova York aumenta de 11% para 12,5%, como ocorreu nesta primavera, isso representa um aumento de cerca de um sétimo na cobrança dos juros. Para fazer-lhe face, o Brasil tem de aumentar suas exportações em um sétimo. Isso não é pouca coisa”.

Em seguida, o editorial condensa a sugestão do *chairman* do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente, Martin Feldstein, no sentido de que esses países desvalorizem mais a sua moeda a fim de expandir as exportações.

REGAN

O secretário do Tesouro, Donald Regan, em uma nova entrevista à imprensa, ontem reconheceu mais uma vez que as taxas de juros reais estão muito altas. Dependendo de como se mede a inflação, ela anda em torno de 4 ou 5%, enquanto taxa básica de juros (*prime rate*) está em 12,5%, observou.

Os bancos comerciais têm a obrigação de manter a taxa de juros de 12,5% para o setor de empréstimos pessoais. O compromisso enorme no período, prejudicando enorme-

Assessor dos Bancos para o Brasil, disse que há propostas no sentido de se retirar dos bancos o direito de cobrar a *prime rate*. Essa, a seu ver, seria uma das maneiras de reduzir o ônus do serviço da dívida de países como o Brasil. A *Libor* é um pouco inferior, mas isso não significa muito em termos de concessão porque o *spread* (taxa de risco) que os bancos cobram em cima da taxa principal, é maior no caso dos empréstimos feitos com base na *Libor*.

As outras hipóteses que estão sendo examinadas para reduzir esse impacto sobre o serviço da dívida incluem a fixação de um teto para os juros e sua capitalização parcial, além de “empréstimos contingentes” a esses países para que possam saldar compromissos não previstos resultantes dos aumentos dos juros. O embaixador brasileiro em Washington, Sérgio Corrêa da Costa, além de outras coisas, está propondo que os juros sejam fixos.

O secretário do Tesouro reafirmou ontem que, sejam quais forem as fórmulas adotadas no futuro, elas devem resultar de um entendimento entre os países devedores e os bancos. A opinião do Tesouro é que o governo americano não pode forçar os bancos a adotarem essa ou aquela posição, por não desejar assumir a responsabilidade pelos resultados. Algumas dessas fórmulas, disse Regan ontem, implicam perdas que terão de ser assumidas por alguém, os bancos ou o governo.

Fontes diplomáticas latino-americanas acham que, apesar da resistência de Regan em afirmar que o sistema posto em prática está funcionando satisfatoriamente no Brasil e no México, por exemplo, Washington está preocupada com a nova postura dos presidentes da região.

MUDANÇA NO FMI

Richard Erb, dos Estados Unidos, foi nomeado diretor-gerente adjunto do Fundo Monetário Internacional em substituição a William B. Dale. Erb era diretor-executivo dos Estados Unidos na organização desde julho de 1981.

Como diretor-gerente adjunto, o segundo posto mais alto na administração do FMI, Erb provavelmente seguirá os passos de seu antecessor, que se envolveu profundamente nas negociações da dívida externa dos países em desenvolvimento.